

PARTICIPAÇÃO COMUNICACIONAL: UMA ABORDAGEM EDUCOMUNICATIVA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (2013-2018)

MARCELO AUGUSTO PEREIRA DOS SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)

Agradecimento à órgão de fomento:

Ao Programa de Pós-graduação Lato Sensu (especialização) em Gestão Pública e Gestão Pública Municipal da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP, em parceria com o Programa UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB, instituído pelo Ministério da Educação/MEC, no âmbito do Programa 1061 - Brasil Escolarizado, ação 8426 - Formação Inicial e Continuada a Distância com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

PARTICIPAÇÃO COMUNICACIONAL: UMA ABORDAGEM EDUCOMUNICATIVA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (2013-2018)

INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988, a partir de um histórico de lutas, institucionaliza em nosso país a democracia participativa, além da representativa, característica evidenciada pela presença de dispositivos participativos institucionais. Assim, define-se que a sociedade não apenas vote em seus representantes, mas atue ativamente na gestão pública. Contudo, historicamente, os brasileiros nunca haviam vivenciado práticas institucionais de participação e, depois de trinta anos, ainda é um desafio efetivar os espaços para participação. A partir disso, o gestor público necessita de uma postura mais abrangente: muito mais que apresentar e divulgar as possibilidades de participação é preciso uma ação educativa para a participação. Inicialmente, esse trabalho questiona: há na literatura da área uma atenção em relação à comunicação do poder público sobre os espaços de participação, a fim de promover a cultura da participação?

Importante ressaltar que a escolha em refletir sobre a ação comunicativa torna-se relevante em um mundo em que vive uma plenitude comunicacional, com quase a totalidade dos indivíduos das cidades se comunicando de forma acessível, por meio de internet e celulares. Aqui temos outro elemento para aprofundar a questão: como pensar a participação social, principalmente nos dispositivos institucionais, a partir da ação comunicativa do indivíduo em mundo midiático?

Para discutir estas questões, utilizo o paradigma da Educomunicação, um campo na interface entre Comunicação e Educação, pois ela oferece, primeiramente, conceitos para entender o fenômeno comunicacional em uma perspectiva educativa e democrática, com olhar atento para o mundo midiático. E princípios para práticas que promovam, a partir do diálogo, o protagonismo e a autonomia dos sujeitos, permitindo assim a reflexão de possibilidades de participação, por meio da comunicação.

Como metodologia, esta pesquisa busca mapear e caracterizar a relevância dada à ação comunicacional, por meio da análise de conteúdo, dentro das temáticas de participação social nos últimos cinco anos das publicações da Revista de Administração Pública, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas. Há uma perspectiva interdisciplinar, uma área, a Educomunicação, olhando para a outra, por isso a escolha de analisar um reconhecido periódico da área da administração pública. O mapeamento do assunto objetiva demonstrar se a existência de uma preocupação acadêmica da área de gestão pública em compreender a questão da participação social a partir desta perspectiva. A caracterização, a partir de uma análise educacional, pode oferecer caminhos para fundamentar uma perspectiva de ação educacional do poder público, adequada aos fundamentos constitucionais de nossa democracia e condizente com as possibilidades comunicacionais do mundo contemporâneo.

A PARTICIPAÇÃO NO BRASIL

Ao se buscar outro campo do conhecimento, no caso, a educação, para se analisar literatura do campo em questão, a administração pública, torna-se ainda mais relevante a clara conceituação dos termos discutidos ao longo da análise, assim, se tornando uma literatura acessível e significativa para os dois campos. Isso, sem perder de vista a preocupação em evidenciar as abordagens a serem utilizadas. A interdisciplinaridade entre

saberes, apresentada aqui, constrói-se para acrescentar complexidade (MORIN, 2000) ao olhar acadêmico sobre o fenômeno da participação.

Na presente introdução, pretendo definir participação, em uma perspectiva histórica, culminando até a Constituição Federal (BRASIL, 1988), momento em que ela inicia a construção de seu ordenamento jurídico que se desdobrou aos dias atuais. Em seguida, a caracterização do mundo midiático em que vivemos e, por fim, a educomunicação é colocada em pauta, principalmente sua área de intervenção denominada de gestão da comunicação, a ser utilizada para analisar os dados coletados, no trecho correspondente.

A história republicana do país pode ser muito bem contada a partir da participação social, sendo possível construir seu conceito, como também compreender por que motivos ela tem papel praticamente central na forma de se pensar os governos em nosso país, culminando com a oferta abundante de literatura sobre o assunto (SILVA, 2018, p. 8), após quase três décadas de sua incorporação constitucional (AVRITZER, 2011; SILVA, 2018; VENTURA, 2016).

Tiago Ventura (2016) divide em quatro momentos característicos a participação no Brasil, iniciando com o que chamou de *O liberalismo Excludente da Primeira República*:

A passagem do regime imperial ao republicano no Brasil não teve como consequência a alteração no padrão participativo da sociedade brasileira. A tônica manteve-se na exclusão daqueles agentes societários desprivilegiados de recursos econômicos e políticos. (p. 709)

Em seguida, o corporativismo de diversos grupos profissionais, como bancários, metalúrgicos, professores, passa a impor ao Estado a participação social, por meio do conceito de cidadania regulada, ou seja, “a cidadania consistia no conjunto de direitos associados a determinada profissão regulamentada pelo Estado.” (VENTURA, 2016, p. 709).

Aqui começa a se delinear a participação por meio de movimentos, institucionalizadas, que resulta em novos padrões associativos, mais diversificados e em diferentes formatos, no período seguinte:

Os principais centros urbanos brasileiros vivenciaram um crescente processo de associativismo ao longo do período da democratização, tanto no que diz respeito ao número das organizações quanto à sua diversificação temática. A reivindicação de autonomia perante as estruturas do Estado será uma forte marca desse novo impulso associativo brasileiro. (VENTURA, 2016, p. 713).

Com a redemocratização, aponta Ventura:

A relação entre Estado e sociedade no Brasil assumirá três consequências centrais: a) estabilidade no que respeita à competição política-eleitoral; b) enfraquecimento das estruturas corporativas; e c) convivência com a busca e a experimentação em torno de inovações capazes de aprofundar a democracia brasileira. (VENTURA, 2016, p. 713).

A Constituição Federal, depois de décadas de autoritarismo, a partir da força popular exigindo efetiva nos anos 1980 como também a consolidação da descentralização do Estado (SILVA, 2018) torna-se marco na história da participação social no Brasil e, “como resultado desse processo, foram criados desde então diversos espaços de representação e participação da sociedade nas esferas de decisão política. Sua criação formal ocorre por intervenção estatal” (p. 10).

Em síntese, destaco duas características do cenário da participação social na gestão pública:

- Ora excludente, ora por meio de associação, a partir da Constituinte abrem-se espaços para a participação direta do indivíduo;
- A participação é absorvida pela estrutura estatal, contudo dependendo dela a iniciativa para a criação dos espaços.

Finalizo essa reflexão apontando que há uma diversidade de inovações em relação à participação (VENTURA, 2016) e, para falar de todos esses espaços e dispositivos, assumimos o conceito abrangente de IDP - Instituições Deliberativas e Participativas, definido por Silva (2018) como:

(...) formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações civis na deliberação sobre as ações governamentais para além dos limites da democracia liberal. Elas estão localizadas em todos os níveis federativos de governo (nacional, estadual e municipal), nas diferentes temáticas de políticas públicas (saúde, assistência social, políticas urbanas e meio ambiente, entre outras). (p. 12)

A partir do aprofundamento do autor, essa definição abarca os dispositivos que dependem da iniciativa do gestor público na divulgação e promoção para a sociedade, ou seja, há um aspecto comunicativo, dialógico, assunto em que nos interessa.

O CIDADÃO NO MUNDO COMUNICACIONAL

Com o avanço significativo das tecnologias de comunicação e informação praticamente a totalidade das relações estão imersas em mundo de telas e mídias, um mundo digital que pauta nossa identidade e práticas culturais, como aponta Soares:

A Pós-Modernidade assinalou para a liberalização das consciências através do reconhecimento da autonomia individual e da valorização do subjetivismo. Em termos psicossociais, pela razão técnica, o real se converte em virtual, o que significa a concretização dos desejos e aspirações humanas em maneiras analógicas, por meio dos simulacros presentes no cotidiano da produção simbólica do sistema de comunicação. Por outro lado, o rápido desenvolvimento tecnológico permitiu, sem sombra de dúvidas, que a informação viesse a representar, nos dias atuais, o fator-chave dos processos produtivos de bens e serviços. (2011a, p. 15)

Em tempos passados, os meios de comunicação de massa, por meio das grandes corporações, detinham, através de seus jornais, programas de rádio e telejornais, a construção das pautas de discussões do cotidiano das pessoas, contudo hoje o mundo virtual, principalmente por meio das redes sociais, subsidia nossa cotidianidade social, “há uma valorização social do mundo da comunicação” (SOARES, 2011a, p. 16).

Isso traz consequências para o nosso modo de vida e, principalmente, como os cidadãos vivem suas próprias cidades, pois “os meios deslocam as fronteiras entre razão e imaginação, saber e informação, arte e ciência e possibilitam o exercício de um tempo virtual que libera o aqui e o agora, inaugurando novos espaços e novas velocidades.” (SOARES, 2011a, p. 24). Uma nova dinâmica que ritmiza a vivência do indivíduo em sua própria comunidade, seu próprio bairro. Questões que afetam sua territorialidade, muitas vezes, só se tornam pautas de conversas se vistas no mundo virtual das redes sociais. Ou até questões de outras localidades, de outros países, passam a ter maior relevância e interesse do que a rua de trás, a praça próxima, a vizinhança.

Néstor Garcia Canclini, em seu livro “Consumidores e Cidadãos”, nos dá elementos para entender o exercício da cidadania em mundo permeado pelas tecnologias de

comunicação e integrado aos processos produtivos de bens e serviços, como apontado anteriormente, por Soares. É interessante apontar que a obra, publicada em 1997, ou seja, no início desse processo de virtualização das relações, a partir do acesso mais fácil à internet, conseguiu oferecer elementos para compreender o atual mundo.

Nesse cenário, o interesse na participação emana de uma necessidade, uma angústia do indivíduo em como exercer sua cidadania para que resulte em mudanças de sua vida, contudo:

Muitas das perguntas próprias dos cidadãos - a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses - recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos. (CANCLINI, 1997, p. 13).

Assim, Canclini defende que há um deslocamento em relação ao exercício da cidadania:

Não foram tanto as revoluções sociais, nem o estudo das culturas populares, nem a sensibilidade excepcional de alguns movimentos alternativos na política e na arte, quanto o crescimento vertiginoso das tecnologias audiovisuais de comunicação, o que tornou patente como vinha mudando desde o século passado o desenvolvimento do público e o exercício da cidadania. Mas estes meios eletrônicos que fizeram irromper as massas populares na esfera pública foram deslocando o desempenho da cidadania em direção às práticas de consumo. Foram estabelecidas outras maneiras de se informar, de entender as comunidades a que se pertence, de conceber e exercer os direitos. Desiludidos com as burocracias estatais, partidárias e sindicais, o público recorre à rádio e à televisão para conseguir o que as instituições cidadãs não proporcionam: serviços, justiça, reparações ou simples atenção. (CANCLINI, 1997, p. 27)

Atualizo a fala de Canclini (1997) acrescentando que atualmente o público recorre às redes sociais em busca de respostas não dadas pelo poder público. Como também podemos acrescentar que o exercício da cidadania pela participação possa ser fundamentalmente absorvido pelo mundo virtual.

A inserção de IDPs no Brasil é resultado de lutas sociais, principalmente realizadas por movimentos sociais que, na década de 1980 tiveram papel central no delineamento da carta magna. Contudo, “a cidadania já não se constitui apenas em relação a movimentos sociais locais, mas também em processos de comunicação de massa.” (CANCLINI, 1997, p. 115).

Ao repensar a participação no mundo atual, há de entender a diversidade de opiniões que podem partir da sociedade, pois será possível dialogar especificamente com cada indivíduo e “talvez o ponto de partida para as políticas urbanas seja não pensar a heterogeneidade como problema, mas sim como base para a pluralidade democrática.” (CANCLINI, 1997, p. 113).

Por fim, desenvolvo o conceito de participação comunicacional, que se delinea ao longo deste trabalho, e abarca compreender e explorar a participação e envolvimento da sociedade a partir das práticas comunicacionais. É partir de uma ampliação de compreensão do fenômeno da participação social, necessária pois, além da complexidade apontada por Morin (2000), no mundo atual, “a aparição súbita destes meios põe em evidência uma reestruturação geral das articulações entre o público e o privado” (CANCLINI, 1997, p. 27). E, nesta perspectiva o gestor público deve pensar como “aproveitar o potencial da tecnologia para nossos próprios fins e de acordo com as nossas peculiaridades culturais, científicas e tecnológicas.” (OROZCO-GÓMEZ, 2011, p. 160).

EDUCOMUNICAÇÃO

Trata-se de um campo com certidão de nascimento de 1999, contudo com práticas muito anteriores a esta data. No fim dos anos 2000 o termo Educomunicação é ressignificado com a publicação da pesquisa “Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais”, pelo Prof. Ismar Soares (1999), coordenador, na época, do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE), da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. A conclusão aponta que “a inter-relação entre a Comunicação Social e a Educação ganhou densidade própria e se afigura como um campo de intervenção social específico.” (1999, p. 19). Ao analisar os dados de “uma amostragem significativa de especialistas e profissionais dedicados à Comunicação Educativa e à Educação para os Meios de Comunicação de toda a América Latina” (1999, p.19) inicialmente constata que as práticas entre Educação e Comunicação acontecem desde início do século XX, além de reflexões sobre as possibilidades da comunicação na educação, como por exemplo, na obra de Freire (1983). Na América Latina, aconteceram por meio de movimentos sociais, marginalizados pelos grandes grupos midiáticos, que, por meio da produção midiática e ações comunicativas buscavam espaços de resistência e participação social.

Até aquela pesquisa, Soares aponta que, apesar de organismos internacionais (UNESCO, Banco Mundial) se preocuparem com a leitura crítica da mídia, fazendo que os sistemas de ensino se alinhem a esta perspectiva, é na prática popular dos movimentos e organizações (o atual Terceiro Setor) que práticas na interface entre Comunicação e Educação acontecem, subsidiando a constituição do campo. Deve-se também apontar que a efetiva aproximação desses dois campos se deve ao emergente “avanço das conquistas tecnológicas e barateamento dos custos dos equipamentos” (SOARES, 2011b).

Após a sistematização acadêmica da prática social, alinhada ao avanço das tecnologias, os anos 2000 acompanham o esgarçamento das práticas educacionais em diferentes áreas, inclusive se tornando política pública. Por exemplo, na cidade de São Paulo, ocorreu uma parceria entre Secretaria Municipal de Educação e o NCE para promover o projeto Educom.Rádio, trazendo as práticas educacionais para a educação formal. Inclusive tornou-se lei a educomunicaçãoⁱ, institucionalizando a prática. O Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2019) também utiliza a educomunicação para sustentar sua prática de educação ambiental. Outro exemplo é a cidade de Andirá, no Paraná que, por meio de lei, institui em o “Programa de Educomunicação em Políticas Públicas” (ANDIRÁ, 2016), permeando todas as secretarias e ações comunicativas da gestão. Por fim, há uma consolidação, na academia, de pesquisas estudando e analisando as práticas e conceitos educacionais (PINHEIRO, 2013). O resultado disso é um paradigma que transcende as áreas de comunicação e educação, permitindo analisar fenômeno social a partir dele, pois se entende a centralidade da prática comunicacional no mundo atual, como, também, ser intrínsecas as possibilidades educacionais.

Esse percurso, iniciado no terceiro setor, passando pela academia e se relacionando com as políticas públicas chega ao seguinte conceito de educomunicação:

Entendemos a Educomunicação como um paradigma na interface comunicação/educação, que busca orientar e dar sustentação ao conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos de comunicação, destinados a: (1) – debater as condições de relacionamento dos sujeitos sociais com o sistema midiático, no contexto da sociedade da informação, promovendo (a) critérios de análise dos sistemas de meios de informação, assim como (b) metodologias de utilização dos recursos tecnológicos em função da prática da educação para a cidadania; (2) – promover e fortalecer ecossistemas comunicativos de convivência, abertos e participativos, nos espaços educativos, garantidos pela gestão democrática dos processos de comunicação; e, finalmente, (3) – ampliar o potencial comunicativo dos indivíduos e grupos humanos. (SOARES, 2013, p. 169)

Tendo os espaços de participação como pauta, compreender a relação entre gestão pública e sociedade como um ecossistema de relações comunicacionais nos permite evidenciar sua contemporaneidade com o mundo midiático apresentado, como também, entender o papel do poder público, na gestão da comunicação. Qualificando o conceito de participação comunicacional, a partir das reflexões apresentadas, ele permite, primeiro, refletir se a comunicação sobre os IDPs se preocupa em educar para a participação; segundo, explorar a efetividade da participação social por meio da ação comunicativa do indivíduo, sendo este o principal objeto de reflexão deste trabalho.

A Gestão da Comunicação é uma das áreas de intervençãoⁱⁱ da educomunicação que analisa a ação do profissional, no caso, o gestor público, no aspecto do planejamento comunicacional preocupado na promoção do diálogo, “caracteriza-se pelo planejamento, execução e realização de programas e projetos que se articulam no âmbito da Comunicação/Informação/Educação” (SOARES, 2002, p. 125).

A partir desta área que nossa análise definirá os aspectos abaixo definidos por Soares (2013) como parâmetros para entender o fenômeno comunicacional relacionado à participação, que são:

- a) criar condições político-sociais através de um procedimento ascendente de consulta e tomada de decisões;
- b) encontrar, dentre inúmeras alternativas, aquelas que ampliem a eficiência e eficácia do uso da comunicação pelo maior número possível de agentes envolvidos nos processos em formação e em seu desenvolvimento;
- c) desenvolver mecanismos de implantação de planos, programas e projetos que garantam fidelidade às proposições definidas democraticamente nos planejamentos elaborados;
- d) tornar os procedimentos de controle e realimentação da execução de planos e projetos suficientemente flexíveis para que permitam a crítica e a réplica às ações em andamento. (p. 40)

Aqui delineamos os princípios da nossa abordagem educacional sobre a questão comunicacional na produção acadêmica sobre participação social.

Retomamos Canclini (1999):

Ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades.(...)A transformação das relações entre o público e o privado no consumo cultural cotidiano representa uma mudança básica das condições em que deverá se exercer um novo tipo de responsabilidade cívica.(p. 65)

Destaco a ideia de pertencimento que, por meio da gestão da comunicação, considera as práticas sociais comunicacionais e pode nos oferecer novas possibilidades de se pensar a nova responsabilidade cívica, apresentada pelo autor.

METODOLOGIA

Para estruturar nossa abordagem, utilizo a análise de conteúdo, a partir de Laurence Bardin (1977). Esta “enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta” (BARDIN, 1977, p. 30), pois não temos uma hipótese formulada do que esperamos encontrar, buscamos a partir da exploração dos documentos, inferir sobre as questões apresentadas. Como técnica, a análise categorial, inicialmente quantitativa, resultando em qualitativa, pois o “o que caracteriza a análise qualitativa é o facto de a inferência - sempre que é realizada - ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc.), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual.” (BARDIN, 1977, p. 115).

Esta estratégia objetiva verificar se já há uma preocupação do campo da administração pública da literatura nacional em olhar o fenômeno da participação social considerando seu aspecto comunicativo, nosso tema (BARDIN, 1977, p. 77). Isso nos direciona para analisar a literatura acadêmica, a fim de delinear um panorama inicial da presença desta questão nas pesquisas.

Mesmo que haja a presença de trabalhos sobre participação, tanto na área da comunicação, educação, como inclusive na educomunicação, a interdisciplinaridade proposta, de uma área olhar a outra, em uma perspectiva contribuinte e de ampliação de complexidade, nos restringe aos periódicos da área da administração e gestão pública. Assim, analiso os artigos publicados na Revista de Administração Pública (RAP), um dos periódicos mais representativos, com larga tradição, pois é publicado desde 1967, sem interrupções, pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP, atualmente, EBAPE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), representando um dos centros estratégicos de difusão do conhecimento na área.

O corte temporal dos últimos cinco anos, com publicações a partir de 2014 até 2018 tem como marco inicial as manifestações de agosto de 2013 (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2014) emergindo, naquele momento, um clamor por participação social, ao mesmo tempo que foi um movimento construído pelas redes sociais, já evidenciando essa características do mundo comunicacional, anteriormente definido.

Em uma perspectiva quantitativa, há uma análise de artigos que apresentem como tema a participação social ou a comunicação e, em seguida, uma análise qualitativa dessa seleção para “uma busca de outras realidades” (BARDIN, 1977, p. 44) a partir da inferência e interpretação.

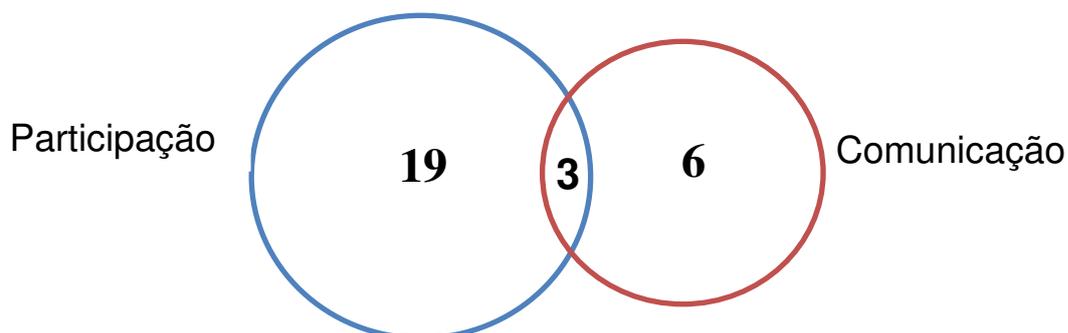
MAPEAMENTO DA COMUNICAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO

Entre 2014 e 2018 foram publicadas 30 edições da RAP, totalizando 300 textosⁱⁱⁱ, sendo este nosso universo inicial de pesquisa. Com a ferramenta de busca da própria revista, foi

levantado o escopo de 47 textos^{iv} (Anexo A), a partir da existência das palavras indicadoras *participação* (39 textos)^v e *comunicação* (12). Sobre o termo *participação*, em uma perspectiva qualitativa, reduzimos para 22 textos, pois apresentavam aderência ao objetivo da pesquisa. Os demais utilizam o termo em outra perspectiva, como por exemplo, Pizzio discute a paridade participativa (2014).

Em relação ao termo *comunicação*, em uma perspectiva educomunicativa, compreendendo a gestão pública como um ecossistema comunicativo que envolve diversidade de servidores e atores sociais, há de se pontuar a importância da comunicação interna, contudo, como foge do nosso escopo, excluimos dois textos^{vi} que abordam esta temática. Por fim há quatro textos com a presença dos dois termos de forma significativa. Destes, especificamente para nossa pesquisa, o único internacional foi retirado do escopo geral da pesquisa, pois queremos refletir sobre a realidade brasileira, resultando no seguinte cenário:

Figura 1 - Distribuição dos Artigos



Inicialmente, a partir da área de intervenção Gestão da Comunicação, os textos exclusivamente com o termo *comunicação* não seriam analisados, contudo houve um achado significativo para nossa pesquisa, tornando-o, também, objeto de análise relevante. Nesse sentido, utilizaremos os três escopos (*comunicação, participação e participação/comunicação*) para analisar qualitativamente os dados.

COMUNICAÇÃO, COMO FERRAMENTA

Como nosso olhar é comunicacional, torna-se interessante delinear como os processos comunicacionais se apresentam. Nos textos analisados, a presença da comunicação se dá, exclusivamente, em uma perspectiva de TIC's como "inclusão digital, cidades digitais, governança de TIC e as ações de política econômica." (CUNHA, MIRANDA, 2013, p. 560)

Pelos próprios títulos dos textos, esta característica é evidenciada com a presença dos seguintes termos: uso da tecnologia da informação e comunicação; governo eletrônico e smart; inclusão financeira; desafios na era digital; influência do uso de tecnologias de informação e comunicação; o papel das TIC.

A análise dos conteúdos dos referidos artigos segue o aspecto evidenciado nos títulos, pois não se atentam a perspectiva comunicacional, não existe uma "postura crítica em relação ao aparato tecnológico" (CONSANI, 2008, p.39), apenas funcionalista. Indiscutivelmente a tecnologia impacta de forma significativa na agilidade dos serviços em gestão pública, contudo sua implementação seria a oportunidade de discutir, em uma perspectiva comunicacional, o impacto nas relações entre poder público e sociedade. A necessidade desta discussão se torna evidente em um deles, justamente aquele que apresenta o termo desafio em seu título. Mendes e Aguiar chegam à seguinte conclusão^{vii}:

Os burocratas se utilizam do aplicativo WhatsApp, com a justificativa de dar celeridade ao acesso aos leitos de UTI criando, eles mesmos, mecanismos informais e paralelos de regulação de leitos, enfraquecendo as estratégias e TIC formais (Surem/WEB, Sisreg, protocolos e fluxos), e estimulando a estratégia de regulação leiga. (2017, p. 1117)

A implantação das TICs não afetou a forma de interação entre gestão pública e sociedade, clientelista no caso (MENDES; AGUIAR, 2017), inclusive já absorvida por práticas sociais comunicacionais consolidadas, como é o uso do *Whatsapp*. A análise dos autores evidencia uma ausência de se olhar (e implementar) a partir da participação comunicacional, mesmo ainda que esta não tinha uma perspectiva de participação por meio das IDPs.

A COMUNICAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO

É importante retomar o objetivo da pesquisa para evidenciar a escolha de nossa metodologia. Se é buscar a existência (ou não) de uma preocupação sobre a comunicação em processos participativos, é significativo que em torno de apenas 17% dos textos apresentem a questão da comunicação. Ao se relacionar com a reflexão do tópico anterior, pode-se supor que o olhar acadêmico, há uma separação sobre comunicação, vista apenas como comunicação governamental, transparência, informativa (CÉZAR, 2018) e não como um diálogo entre gestão pública e sociedade.

PARTICIPAÇÃO, COMO COMUNICAÇÃO

Por fim, os três textos que apresentamos ao final nos oferecem uma qualificação para nossas reflexões, pois apresentam os dois termos em seus conteúdos, permitindo analisar como se relacionam, em busca de aproximações com a ideia de gestão da comunicação.. Dada a relevância de cada texto, a analisaremos cada um especificamente e, sem seguida, realizar as costuras entre eles.

Em “instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas” (KLEBA; COMERLATTO; FROZZA, 2015) as autoras apontam como objetivo:

(...) orientar uma revisão do papel dos conselhos de políticas, apresentando como referência instrumentos de gestão pública, bem como possíveis mecanismos que contribuam para qualificar sua atuação como instância deliberativa e, ao mesmo tempo, ampliem sua capacidade de diálogo com o Estado e a sociedade civil. (p. 1059)

Destaco a palavra diálogo como expectativa final, demonstrando assim um olhar comunicacional em relação aos conselhos, objeto de análise do nosso trabalho. Por outro lado, não se atribui ao Estado o papel de educar a sociedade para a participação, ao dizer que, em relação a este tipo de IPD, a “existência dessas instâncias reforça a exigência para que o Estado dê publicidade a suas ações, apresente contas, exponha os critérios que balizam acordos, mas também para que a sociedade civil se qualifique para essa participação” (KLEBA; COMERLATTO; FROZZA, 2015, p. 1061). A sociedade, tendo acesso às informações disponibilizadas pelo poder público, já teria sua própria qualificação. Além disso, ao discutir sobre um dos quatro mecanismos definidos no trabalho, as iniciativas de comunicação, colocam

A exposição de programas e ações por parte do governo ou de prestadores de serviços, a exposição de convidados sobre temas específicos, a apresentação de entidade representada no Conselho ou ainda a participação de outros conselhos gestores nas reuniões passam a estabelecer estratégias valiosas para aglutinar informações, oportunizando ainda firmar relações intersetoriais. (KLEBA; COMERLATTO; FROZZA, 2015, p. 1074)

Aqui fica evidente que o olhar da ação comunicativa é uma análise sobre a oferta de informações, sem se atentar a uma perspectiva dialógica.

No texto “Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental” (CEZAR, 2018) o autor, a partir de uma relevante reflexão, define que, “independentemente das instâncias formadas, o foco da CG é o repasse de informações à população no intuito de gerar algum tipo de argumentação para o uso nos espaços de diálogo.” (2018, p. 56). Não encontrando um modelo para analisar a comunicação governamental o autor propõe um modelo que utilize os termos *formalização*, *operacionalização*, *publicização* evidenciando uma racionalidade da lógica funcionalista emissor, mensagem e receptor da comunicação, em que a eficiência comunicativa é dada por uma mensagem clara e compreensível, demonstrando certa passividade da sociedade no diálogo.

Por fim, temos o texto “Pesquisa-ação e mediação dialógica como práticas metodológicas para emergência da ação comunicativa em Conselhos Gestores de Políticas Públicas” (MUCCI; MAFRA, 2016) aquele que mais apresenta aderência ao conceito de participação comunicacional.

A análise de dá exatamente em cima de um tipo de IPDs, o conselho, com o objetivo explorar os impactos de uma ação comunicativa capaz de potencializar a aprendizagem da participação (MUCCI; MAFRA, 2016, p. 114).

Sobre a pesquisa-ação, os autores apresentam as atividades, principalmente dinâmicas, realizadas por duas instituições participantes em potencializar o diálogo mais horizontal, em que aqueles com menos conhecimento técnico se sintam seguros em falar, uma dificuldade muito clara nas IPDs compostas por poder público e instituições (técnicos) e a sociedade. Eles apontam que “a análise dos dados indica uma forte tendência ao fortalecimento dialógico desses conselheiros, pois demonstra que o lugar de comunicação deles foi, de algum modo, alterado.” (MUCCI; MAFRA, 2016, p. 121)

Aqui, se evidencia um foco na gestão da comunicação do espaço, qualificando-o como um ecossistema comunicativo mais horizontal e dialógico, de acordo com os princípios das práticas educacionais.

Um dos referenciais teóricos mais basilar da educomunicação é Paulo Freire. Sua obra inicial, “Comunicação ou Extensão?” (1983) discute o papel dos extensionistas, em uma perspectiva mais emancipatória e libertária, construída por meio do diálogo que é a base do pensamento freiriano. Curiosamente, a ação mediação dialógica citada pelo texto foi realizada por extensionistas^{viii}, apesar de o autor não estar presente no texto.

Os extensionistas estavam imbuídos da “função de construir relações com o meio rural pautadas pelo diálogo, a mediação dialógica apareceu como possibilidade destinada aos extensionistas rurais de oferecerem um suporte à participação dos conselheiros.” (MUCCI; MAFRA, 2016, p. 124). A ação havia como foco a construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). Os autores apontam que:

(...) pode-se entender que o processo de constituição do PMDRS se apresentou como um dos resultados da ação comunicativa estimulada pela prática metodológica da mediação dialógica. As ações nele descritas foram oriundas de um amplo e complexo debate público-reflexivo, com vistas à institucionalização de um poder comunicativo capaz de aumentar as chances de produzir decisões mais justas e legítimas. A mediação dialógica, nesse sentido, inspirou a produção de um documento — o PMDRS — construído por uma espécie de “linguagem administrativa”, mas igualmente construído por uma força legitimadora, nascida de inúmeros intercâmbios discursivos permitidos pela participação dos sujeitos. (p. 124)

Qualificar ecossistemas comunicativos (no caso, o conselho responsável pelo PMDRS) é buscar o aumento da troca e do diálogo construtivo entre seus participantes, a fim de produzir conhecimento, mas de forma legitimada por todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho desenvolvemos um referencial teórico, a participação comunicacional que, ao mesmo tempo, se constituiu, ao longo do trabalho, em um parâmetro de análise, a partir dos elementos encontrados, apresentados a seguir.

As pesquisas sobre participação em relação às IDPs não apresentam, dentro do escopo da RAP, uma evidente análise da ação comunicativa. Aqui alertamos que uma pesquisa mais profunda do que esta apresentada neste trabalho possa demonstrar, nas entrelinhas, uma preocupação com este aspecto.

No mundo comunicacional em que vivemos, entendemos que a necessária presença de um olhar sobre as ações comunicativas quando se discute os desafios e as características da participação social. Inclusive, indo um pouco além das IDPs, a própria relação entre governo local e sociedades, por meios dos serviços prestados, demonstra necessitar também de olhar dialógico, como vimos na discussão sobre a utilização do Whatsapp.

Avançamos para entender que os avanços comunicacionais são vistos apenas a partir das TICs, e não como oportunidades de ampliar ou rearranjar a lógica de diálogo, apenas há uma preocupação com a forma correta, clara de se passar as informações, deixando a cargo de a sociedade buscar aprendizagens para entender o que governos apresentam.

Contudo, quando houve uma preocupação com a ação comunicativa e a gestão da comunicação do espaço, os resultados foram ganhos significativos na participação democrática e horizontal dos participantes, fazendo com que o trabalho se torne legítimo.

Nesse cenário, propomos a participação comunicacional como um referencial teórico que corresponde ao aspecto comunicacional nas ações relacionadas à participação social nos dispositivos institucionais, em uma perspectiva de promoção de aprendizagem da sociedade sobre participação. Dessa forma, apontamos que o gestor público deve estar atento, na perspectiva da Gestão da Comunicação:

- a) ao planejar a ação de divulgação sobre as IDPs, contar com a participação da sociedade;
- b) a uma reflexão em relação ao uso das tecnologias midiáticas do mundo comunicacional, em uma perspectiva de potencializar o diálogo;
- c) uma constante preocupação em educar para a participação e
- d) a presença de uma flexibilidade comunicativa no percurso com foco na garantia da participação.

A questão da participação social não se resume a uma perspectiva comunicacional, há diferentes desafios que se colocam ao gestor público, muito deles, explorados pela literatura de administração pública. Outras perspectivas devem ser exploradas pela academia, sempre a

fim de oferecer caminhos e princípios que os gestores públicos possam se pautar, ao se desenvolverem as políticas públicas. A própria questão aqui discutida é mais um passo nesse caminho, de entender a participação a partir da comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIRÁ. LEI Nº. 2.763 DE 24 DE MARÇO DE 2016. Andirá, PR. Disponível em: http://andira.pr.gov.br/instances/6/uploads/documents/7778_b7c3910569a283526a7d821f9c1957593a01539e.pdf Acesso em: 31 mai. 2017.

AVRTIZER, Leonardo. A Qualidade da Democracia e a Questão da Efetividade da Participação. In: PIRES, Roberto Rocha. Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2011, p. 13-25.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa. Edições, 70. 1977

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 mai. 2017.

CANCLINI, Néstor García. Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CEZAR, Layon Carlos. Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 52-70, fev. 2018.

CONSANI, Marciel A. Mediação tecnológica na educação: conceitos e aplicações. Tese doutoral, São Paulo, ECA/USP, 2008.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. Organ. Soc., Salvador, v. 20, n. 66, p. 543-566, Set. 2013

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GURZA LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José. Origens da Política Nacional de Participação Social: Entrevista com Pedro Pontual. Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 99, p. 91-104, julho 2014.

KLEBA, Maria Elisabeth; COMERLATTO, Dunia; FROZZA, Kenia Munaretti. Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 1059 a 1079, jun. 2015.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. Comunicação, educação e novas tecnologias: tríade do século XXI. In: CITELLI, Adilson Odair. COSTA, Maria Cristina Castilho (Org). Educomunicação: Construindo uma nova área do conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 159-174.

MMA. Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. Disponível em: <http://mma.gov.br/educacao-ambiental/educucomunicacao>. Acessado em 18 de junho de 2019.

MUCCI, Carla Beatriz Marques Rocha e; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Pesquisa-ação e mediação dialógica como práticas metodológicas para emergência da ação comunicativa em Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 107-128, fev. 2016.

PINHEIRO, Rose. José Luiz Braga, Jorge Huergo e Ismar de Oliveira Soares, in A educomunicação nos centros de pesquisa do país: um mapeamento da produção acadêmica com ênfase à contribuição da ECA/USP na construção do campo. Doutorado, ECA/USP, 2013.

SILVA, Sandro Pereira. Democracia, Políticas Públicas e Instituições de Deliberação Participativa: Visões sobre a Experiência Brasileira. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2018.

SME-SP. Núcleo de Educomunicação. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/PortalSMESP/Educomunicacao>. Acessado em 18 de junho de 2019.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. In: Revista Contato, Brasília, ano 1, Número 1, jan./março 1999, p. 19 a 74

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação, o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011a.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. In: CITELLI, Adilson Odair. COSTA, Maria Cristina Castilho (Org). Educomunicação: Construindo uma nova área do conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011b, p. 159-174.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina. In: LIMA, João Cláudio Garcia R., MELO, José Marques de. Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil. IPEA, 2013. p. 169-202.

SOARES, Ismar de Oliveira. Plano de leitura e pesquisa, in SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir; BRASIL, Jurema. (Orgs.). Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural. São Paulo: ABPEducom, 2017, pág. 14-18.

VENTURA, Tiago. Democracia e participação. Inovações democráticas e trajetória participativa no Brasil. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, p. 705 a 720, set. 2016.

ano	assunto	link	Participaç	Participaç	Comunica	Comunicação	Experiência	Comunicar
v. 48, n. 1 (2014)	O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros	http://l.x		X			não	não
v. 48, n. 4 (2014)	Sentidos e significados da participação democrática através da Internet: uma análise da experiência do Orçamento Participativo Digital	http://l.x		X			X	sim
v. 48, n. 4 (2014)	O Orçamento Participativo e a democratização da gestão pública municipal — a experiência de Vitória da Conquista (BA)	http://l.x		X			X	não
v. 48, n. 6 (2014)	O desafio da participação popular na construção e implementação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social do estado da Bahia	http://l.x		X			X	não
v. 49, n. 1 (2015)	Promoção da concorrência no setor portuário: uma análise a partir dos modelos mundiais e aplicação ao caso brasileiro	http://l.x						
v. 49, n. 1 (2015)	Sistemas de informação em políticas sociais descentralizadas: uma análise sobre a coordenação federativa e práticas de gestão	http://l.x						
v. 49, n. 2 (2015)	A acessibilidade nos sites do Poder Executivo estadual à luz dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência	http://l.x						
v. 49, n. 5 (2015)	ICoGP: índice de avaliação da governança pública — instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão	http://l.x						
v. 49, n. 4 (2015)	Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas	http://l.x					X	talvez
v. 49, n. 6 (2015)	Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida	http://l.x					X	não
v. 49, n. 5 (2015)	Desafios na organização de parcerias público-privadas em saúde no Brasil: Análise de projetos estruturados entre janeiro de 2010 e março de 2014	http://l.x						
v. 49, n. 5 (2015)	Pilares necessários para a descentralização autônoma sem cooptação do poder central: explorando o processo de descentralização do Chile	http://l.x						
v. 49, n. 3 (2015)	A configuração institucional da política de esporte no Brasil: organização, evolução e dilemas	http://l.x						
v. 49, n. 1 (2015)	Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense	http://l.x						
v. 50, n. 1 (2016)	Pesquisa-ação e mediação dialógica como práticas metodológicas para emergência da ação comunicativa em Conselhos Gestores de Políticas Públicas	http://l.x					X	sim
v. 50, n. 3 (2016)	O impulso de experiências de baixo para cima como um mecanismo para a participação no projeto de serviços públicos	http://l.x					X	sim
v. 50, n. 3 (2016)	Planos diretores e participação política: políticas públicas de planejamento entre o empresariamento e o estatuto da cidade	http://l.x						não
v. 50, n. 3 (2016)	Contextos (in)adequados para o engajamento cidadão no controle social	http://l.x						não
v. 50, n. 3 (2016)	Inovações participativas, diálogo social e construção de consensos	http://l.x						não
v. 50, n. 6 (2016)	e-Orçamentos Participativos como iniciativas de e-solicitação: uma prospeção dos principais casos e reflexões sobre a e-Participação	http://l.x					X	talvez
v. 50, n. 3 (2016)	Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: o caso do Vale do Ribeira (SP)	http://l.x						
v. 50, n. 3 (2016)	Embates acerca da ideia de justiça social em relação a conflitos sociais e desigualdades	http://l.x						
v. 50, n. 4 (2016)	Condições políticas e técnicas das transferências voluntárias da União aos municípios brasileiros	http://l.x						
v. 50, n. 5 (2016)	A auditoria de custos e preços: eficácia nos serviços contratantes de defesa na Espanha	http://l.x						
v. 51, n. 1 (2017)	Inovação Institucional e democracia participativa: mapeamento legislativo de Emenda do Programa de Metas	http://l.x						não
v. 51, n. 5 (2017)	Modelo procedimental na avaliação das políticas públicas por meio da gamificação	http://l.x						não
v. 51, n. 6 (2017)	Quem governa na governança (local)? Reflexões teóricas e evidências empíricas	http://l.x						não
v. 51, n. 6 (2017)	Estratégias de apropriação e desvio de recursos no Sistema Municipal de Planejamento de Santiago de Chile	http://l.x					X	não
v. 51, n. 6 (2017)	Análise do perfil da produção científica da Revista de Administração Pública (RAP) no período 2003-16	http://l.x						
v. 51, n. 5 (2017)	Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda	http://l.x						não
v. 51, n. 3 (2017)	Como se cria um Ministério? O processo de cooptação do mecanismo de distensão na relação entre movimentos sociais e Estado	http://l.x						não
v. 52, n. 3 (2018)	Participação e miséria brasileira: o participacionismo nas condições de possibilidade do capitalismo no Brasil	http://l.x						não
v. 52, n. 3 (2018)	Os fatores determinantes da participação na produção coletiva de ideias para solução de problemas públicos	http://l.x						talvez
v. 52, n. 6 (2018)	"De volta à cidade, sr. cidadão" — reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial	http://l.x						não
v. 52, n. 4 (2018)	Reflexões sobre democracia participativa na América Latina	http://l.x						talvez
v. 52, n. 4 (2018)	Redes sociais na produção científica em administração pública da saúde no Brasil	http://l.x					X	não
v. 52, n. 6 (2018)	Políticas públicas e a cidade: produzindo espaços urbanos inclusivos	http://l.x						não
v. 52, n. 1 (2018)	Indo além do gerencial: a agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil	http://l.x						
v. 52, n. 4 (2018)	O uso da tecnologia da informação e comunicação para caracterizar os municípios: quem são e o que precisam para desenvolver ações de desenvolvimento econômico	http://l.x						TIC
v. 52, n. 3 (2018)	Uma análise dos antecedentes da confiança no líder numa unidade policial de operações especiais	http://l.x						
v. 52, n. 6 (2018)	A influência do contexto na implantação de um projeto de cidade inteligente: O caso Cidade Inteligente Buzios	http://l.x						TIC
v. 52, n. 4 (2018)	Inclusão financeira de populações ribeirinhas: avaliação de impacto da Agência Barco	http://l.x						TIC
v. 51, n. 6 (2017)	Implementação da política de saúde pública e seus desafios na era digital	http://l.x						TIC / desafios
v. 49, n. 1 (2015)	Influência do uso de tecnologias de informação e comunicação na prestação de contas públicas municipais — um estudo de caso no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul	http://l.x						TIC
v. 49, n. 3 (2015)	A Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos na perspectiva da gestão de cadeias de suprimentos: o papel das TIC	http://l.x						X
v. 49, n. 6 (2015)	Reestruturação organizacional: os principais desafios para o Ministério Público do Rio Grande do Norte	http://l.x						
v. 52, n. 1 (2018)	Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental	http://l.x					X	

ⁱ Pela lei nº 13.941, de 28 de dezembro de 2004. Atualmente a Secretaria Municipal de Educação possui um núcleo técnico que coordena as práticas educacionais. (SME-SP, 2019)

ⁱⁱ “As Áreas de Intervenção asseguram a especificidade e a diversidade do novo campo” (SOARES, 2017, p. 14)

ⁱⁱⁱ A revista publica textos classificados como Artigos, Apresentação ou Fórum: Perspectivas Práticas. Para esta pesquisa, consideramos toda esta diversidade, como também artigos de edições especiais.

^{iv} Temos 15% de textos da RAP que discutem a participação nos últimos cinco anos, um dado relevante, mas fora de nosso interesse.

^v Os termos participação, participativa e participativo foram pesquisados.

^{vi} LIMA, 2015 e ZANINI, 2018.

^{vii} Não nos preocupamos em detalhes os termos conceituados pelos autores em seu trabalho, dado que não é foco. Nos reservamos a analisar o conteúdo que cabe a este trabalho.

^{viii} Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG).